

Moedas Romanas do Museu Municipal

DE SANTIAGO DO CACÉM



FICHA TÉCNICA

Moedas Romanas do Museu Municipal de Santiago do Cacém

Autores	Isabel Pereira Teófilo Silva
Apresentação do catálogo	José d'Encarnação
Tratamento de texto	Nuno Vilhena Teófilo Silva
Preparação da edição	Fernanda do Vale Isabel Pereira Maria Eduarda Nuno Vilhena Teófilo Silva
Fotografia	Jorge Dias
Design gráfico	Atelier Carlos Jorge
Impressão e Acabamento	Tipografia Belgráfica, Lda.
Edição	Câmara Municipal de Santiago do Cacém/Museu Municipal
1ª edição; N.º de exemplares	1.500
ISBN	978-972-99051-5-5
Depósito Legal	262514/07

PROPAGANDA na palma da mão...

Poucos serão os que se interrogaram, algum dia, por que razão se havia escolhido, para uma das caras do euro português, o «selo» de D. Afonso Henriques. A Espanha preferiu o rei; a França, a divisa «Liberté, égalité, fraternité» da sua Revolução... E nós fomos para uma... velharia! «Velharia» – isso mesmo! Justamente para provar aos demais que, ainda seus ancestrais nem sequer pensavam em serem um país independente e com território e moeda próprios, já Portugal existia como Nação! Desde meados do século XIII!... Propaganda política na palma da mão!...

Sirva o exemplo para nos darmos conta da importância efectiva que detêm os estudos numismáticos. Dir-se-á: é tudo feito em série! Em relação aos Romanos, então, encontram-se, a cada passo, 'potes de libras' com milhares de moedas!... Que interesse pode haver nisso, se – ainda por cima!... – as peças são quase todas iguais, foram sendo escondidas aos poucos, como nós guardamos as nossas em migalheiros de barro!... «Quase todas iguais», de facto. Mas, nesse conjunto de milhares, haverá uma que é a mais recente e outra a mais antiga – e são essas as mais importantes, para nos explicarem o período de tempo em que foi feita a 'amealhação'.

Corre-se o mesmo risco ao apreciar o catálogo numismático de uma cidade ou de um sítio arqueológico: que interesse há aí nessa descrição minuciosa, necessariamente estereotipada, obedecendo sempre aos mesmos itens?...

Achamos piada, hoje, quando deparamos com um euro daqui, outro dali e dizemos: «Estiveram aqui holandeses, gregos!... Olha: alemães!...». E aí reside precisamente outra das valências dos estudos numismáticos: a determinação das correntes migratórias, dos fluxos económicos... quem esteve aqui, quando e porquê...

Definitivamente arredada já do rol (menor) das ditas «ciências auxiliares da História», a Numismática desempenha, na actualidade, papel primordial como fonte histórica imprescindível. Daí, pois, a importância do catálogo que ora se publica, mercê da tenacidade e do saber da Dra. Isabel Pereira. E que me seja permitido, antes de mais, regozijar-me, ao vê-la regressar a uma disciplina em que se tornou exímia. Na verdade, deve-se-lhe o volume III (*Les Monnaies*) das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1974), que assinou com Jean-Pierre Bost e Jean Hiernard, e que foi mui justamente galardoado, pela sua excelência. A ida para as lides museológicas, primeiro na Figueira da Foz e, por fim, no Museu de Aveiro, impediram-na de continuar uma investigação de que – diga-se em abono da verdade – nunca, de facto, inteiramente se afastou. Esta é, porém, a obra de maior vulto que publica, após a aposentação, agora mui bem acompanhada por seu marido, Teófilo Silva, incansável também ele na investigação destas 'miudezas' arqueológicas...

Poderia parecer estranho, numa apresentação, dar conta da sequência da obra, tanto mais que, dela, o sumário é reflexo sobejamente elucidativo. Não se estranhe, porém: que cada vez mais se verifica não haver lógica expositiva no conteúdo de um volume e, por isso, como a há aqui, importa salientá-lo.

Explicitam-se, nas «palavras prévias», os objectivos a atingir (estudar «a colecção de moedas emitidas nas cidades

peninsulares e no mundo romano, doadas pelo Dr. João da Cruz e Silva»), no âmbito de um esforço da autarquia de Santiago do Cacém de requalificar o seu museu (parabéns!) e de entregar a especialistas o estudo do seu espólio. Podem os museus ser arquitectonicamente aliciantes; podem as suas colecções ser valiosas – mas se delas se não fizer adequado estudo e divulgação, o Museu não cumpre, de facto, uma das suas valências fundamentais.

Os autores dão conta da metodologia adoptada e, logo em seguida, vêm claramente explicados os signos e as abreviaturas utilizados – nem todos os leitores estarão inteiramente dentro do contexto e há que fornecer-lhes, de imediato, as ferramentas necessárias.

Para além das moedas exumadas nas escavações levadas a efeito por Cruz e Silva nas ruínas do que, hoje, se pensa poder ter sido a cidade romana de Miróbriga, há-as de outras proveniências, «quer compradas a antiquários ou a particulares, quer trocadas ou oferecidas por amigos». Por outro lado, dos exemplares mal conservados omitiu-se, amiúde, a indicação do seu local de achamento ou proveniência. Valeria a pena estudar estes últimos? Optaram os autores pela afirmativa; e fizeram bem – porque nunca se sabe quando uma informação, ainda que incompleta, acaba por ser preciosa!

Após breve história deste museu enquanto instituição com as suas naturais peripécias, a forma como a colecção foi feita e a sua arrumação concebida merece a maior atenção, porque – não fora esse cuidado – muita informação se teria, obviamente, perdido.

Quinhentas e sessenta e cinco numismas romanas – datáveis dos tempos republicanos e imperiais – cunhadas quer na Península Ibérica quer noutras zonas do Império. Procedem não apenas de *Mirobriga* e de Santiago do Cacém, mas também de terras circunvizinhas: Santa Cruz, Santo André, Aldeia dos Chãos, Cercal, S. Francisco da Serra, Sines, Odemira e Monte do Cavaleiro, por exemplo. Há-os, igualmente, de procedência desconhecida; mas... não serão, quiçá, também esses da região próxima? Em todo o caso, mesmo não sendo, constituem fonte histórica a não desperdiçar.

Assim, foi logo possível afirmar que, em *Mirobriga*, a penetração de numerário republicano se verificou no século II a. C., cresceu ao longo desse século e manteve-se até meados do século I a. C. – conclusão que vem ao encontro do que se sabe acerca da penetração romana na zona e no precoce interesse que ela terá despertado ao colonizador, dada, por exemplo, a proximidade de Sines, que foi, sem dúvida, importante pólo de atracção e notável empório comercial, em íntima ligação com os aglomerados populacionais e produtores do estuário do Sado, com destaque para Alcácer do Sal, *Salacia* (não admira, pois, termos 14 numismas cunhadas em *Ketovion* – nome pré-romano de *Salacia* – datáveis do século II a. C.), e Tróia, a servirem de ponte com *Myrtilis* (Mértola, 10 moedas dessa mesma época), na margem de outro rio importante logo desde os primórdios da vinda dos Romanos: o *Anas*. Aliás, as emissões de moedas de Alcácer do Sal com a figura de Hércules, atuns e golfinhos, para além de insinuarem a natural actividade marítima da população, não nos deixam indiferentes, quando recordamos poder ser Mégara, esposa de Hércules, a *domina* invocada na *defixio* identificada pelo saudoso João Carlos Lázaro Faria no templo principal da cidade...¹

De notar, igualmente, a relativa abundância de numismas emitidas em nome de Augusto (25), a confirmar o interesse estratégico da zona logo nos primórdios do Império, como o demonstra também a documentação epigráfica da vizinha Salácia. De resto, o mesmo parece acontecer com as emissões de Cláudio (12 asses), 50% das moedas da dinastia júlia-cláudia aqui registadas. Curioso é, pois, verificar como também a numismática parece agora caminhar, à medida que os estudos neste domínio se aprofundam, num sentido de maior valorização da actividade do imperador Cláudio na Península e, designadamente, na Lusitânia.

¹ Cf.: AE 2001 1135; HÉp 11 2001 n° 705; José d'ENCARNAÇÃO e João Carlos Lázaro FARIA, «O santuário romano e a *defixio* de Alcácer do Sal», *Religiões da Lusitânia - Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, 259-263; Amílcar GUERRA, «Anotações ao texto da tabella *defixionis* de Alcácer do Sal», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (2), 2003, 335-339; Francisco MARCO SIMÓN, «Magia y cultos orientales: acerca de una *defixio* de Alcácer do Sal (Setúbal) com mención de Atis», *Revista Internacional de Investigación sobre Magia y Astrología Antiguas*, Málaga, 4, 2004, 79-94.

Salientam os autores – e a observação afigura-se-me deveras ajustada – que, à primeira vista, se não justificaria a parca existência de numismas datáveis da época flávia, quando, por outras fontes, sabemos quanto os Flávios, designadamente Vespasiano, se interessaram pela Lusitânia e renovação urbanística das suas cidades. E a razão aduzida é perfeitamente convincente:

«Explica-se parcialmente o fenómeno pela grande massa monetária antiga ainda em circulação – moedas da República, moedas júlio-claudianas, cunhagens locais de Cláudio I ou até moedas cunhadas na Península Ibérica» (p. 36).

E também aqui se verifica o fenómeno de haver circulação diversificada de moedas ainda nos finais do século II e até meados do III, quando, depois de 260, se regista «a entrada em força dos *antoniniani*», sendo Roma «o centro emissor mais representado», o que também não causa admiração, se atendermos às circunstâncias políticas vigentes na época, numa tentativa de reforço do poder central.

Comentário especial nos merece, ainda, o que se passa a partir de finais do século III e primórdios do IV (época da tetrarquia): moedas escassas mas cunhadas nos mais diversos centros (Roma, Aquileia, Cartago, Cízico, Óstia). Tal circunstância justifica o comentário dos autores:

«A circulação monetária entrara em período de declínio, fazendo já antever uma lenta asfixia da cidade, política e económica» (p. 41).

Não deixa de ser este um dado deveras importante, porque corresponde a uma 'passagem', que temos assinalado, da actividade económica do interior para os portos, como se documenta em *Olisipo, Ossonoba e Balsa*, por exemplo, e em Tróia, como os autores bem assinalam aliás (p. 41). E, por outro lado, a diversificação das rotas comerciais, com domínio de uma ligação mais intensa com o Oriente, como é natural e já em *Conimbriga* igualmente se documenta.

E, se me é permitido retomar o tema inicial desta apresentação, não poderei deixar de aludir, em jeito de justificação, à circunstância de as moedas da dinastia valentiniana-teodosiana (364-395) apresentarem como legendas *Reipublicae, Virtus Exerciti, Gloria Romanorum, Gloria Novi Saeculi*. Outros, muito melhor que eu, já chamaram a atenção para o significado ínsito nestes dizeres, aparentemente ingénuos, mas que – de modo nenhum! – o são! Vivem-se dias dramáticos, do ponto de vista político-social, nesses finais do século IV. E era preciso levantar o ânimo da população: recordar-lhe que a República, os tempos áureos podiam ressuscitar; que, perante o ameaçador avanço dos inimigos externos, o exército continuaria a deter virtude e força; que era óbvia e universalmente reconhecida a glória do Povo Romano; que «novo século» se aproximava, com fulgores inesperados e promissores!...

Detivemo-nos, com mais pormenor, no que à cidade de *Mirobriga* diz respeito. Os autores analisam, depois, os achados provenientes das terras circunvizinhas, como atrás se disse. Chamou-me particularmente a atenção um asse emitido em Évora, no ano 12 a. C., achado em Grândola, que tem no anverso a cabeça de Octávio com a legenda PERM.CAES.AVG.P.M. – que interpreto *permissu Caesaris Augusti pontificis maximi* – e, no reverso, dentro de uma coroa de louros, LIBERAL-ITATIS-IVLIAE-EBOR. Escusado será sublinhar o significado histórico desta numisma: é na sua qualidade de sumo pontífice que César Augusto (o *praenomen imperator* foi significativamente omitido...) dá autorização para que a cidade cunhe moeda. E vem por extenso o nome latino atribuído à nova urbe (*Liberalitas Iulia*), mantendo-se em abreviatura *Eborae*, o nome pré-romano...

Não se sabe a proveniência exacta (algures no Baixo Alentejo) de um outro asse de Augusto, onde também o *praenomen imperator* se omite, mas a autoridade 'imperial', além do aspecto religioso, vem reforçada pela menção ao poder tribunício (mas sem indicação de número, como é natural): *Caesar Augustus pontifex maximus tribunicia potestate*, «César Augusto, pontífice máximo, dotado de poder tribunício». No reverso – a moeda foi cunhada, por força de um *senatus-consulto* (SC, ao centro) em Roma, a 7 a. C. – o nome do magistrado que à cunhagem superintendeu: *Marcus Maecilius Tulus, triumvir auro argento aere flando feriundo* (IIIVIR AAAFF). Trata-se de uma das funções do

vigintivirato, primeira etapa do *cursus honorum* do senador, a dos *tresviri monetales*, isto é, a comissão de três membros que presidia à cunhagem da moeda de ouro, de prata e de bronze. *Flando* é gerúndio do verbo *flare*, que significa 'fundir', e *feriundo* o de *ferire*, 'bater'. A título de curiosidade, só para verificarmos se alguns destes nomes acabou por difundir-se na Península Ibérica, poderemos referir, com Abascal Palazón², que do *nomen Maecilius* temos um testemunho (*Maecilia Herenniana*), em Utrera, e um outro, de alguém que se identifica com três *nomina* e três *cognomina*, sintoma de dupla adopção, em Sevilha. O *cognomen Tulus*, por seu turno, está documentado uma única vez, e com dois LL, em Carmona (CIL II 5419). Aliás, penso que uma confrontação deste tipo haveria de ter, na maioria dos casos, resultados idênticos, dado estarmos perante uma moeda de mui reduzida circulação.

Uma das passagens deste catálogo a considerar de futuro com ainda maior atenção é a que respeita ao tesouro do Monte do Cavaleiro (p. 47). Além de os autores o terem conseguido identificar com um de que Mário de Castro Hipólito tivera notícia, achado no concelho de Almodôvar, o que, já por si, é importante, há-de sublinhar-se a afirmação «É, pois, evidente uma relativa quantidade de achados na Serra divisória do Alentejo e do Algarve, estendendo-se até à zona costeira». Uma pista de investigação a não menosprezar e que chama a atenção para uma zona – a Serra algarvia – onde cuidada prospecção poderá vir a dar bons resultados no que à época romana diz respeito. E do tesouro referido constam, de modo especial, numismas do século III (Galieno, Cláudio II...), na sua maioria cunhadas em Roma, período para que os monumentos epigráficos apontam prosperidade nas zonas portuárias algarvias...

Após a panorâmica geral e respectivas reflexões que suscita, vem o catálogo pormenorizado, onde se descreve cada numisma estudada. Segue-se – como interessante documento historiográfico – o fac-símile do texto da autoria do Dr. João da Cruz e Silva sobre as moedas; e a bibliografia.

Dois aspectos reforçaria, portanto, em jeito de conclusão:

– O primeiro, de índole histórico-científica: a oportunidade de, finalmente, se ter nas mãos um invulgar manancial de consulta, útil não apenas para quem se dedique aos estudos numismáticos mas – sem dúvida! – para quantos se interessem pela história romana peninsular. E Isabel Pereira e Teófilo Silva colocam, assim, ao nosso dispor, em linguagem técnica, rigorosa, sem ademanos, esse manancial, fruto de mui paciente e mui minucioso labor. Bem hajam!

– O segundo, na esfera museológica: este catálogo constitui mais um exemplo do que cada museu deve fazer em relação às suas colecções – publicá-las, chamando para o efeito a colaboração de especialistas. Que, como se perguntava a princípio: para que serve uma colecção preciosa, por mais bonita que seja à vista, se o seu valor histórico não for devida e cientificamente realçado?

João d'Encarnação

² ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*. Murcia, 1994, 178 (*Maecilius*) e 533 (*Tullus*).